



Professorado municipal de Salvador: queixas, crise e greve (1912-1918)

FABIANO MOREIRA DA SILVA*

Esse artigo trata sobre os professores do ensino primário público da cidade de Salvador ou simplesmente o professorado municipal, como eram denominados durante a Primeira República na cidade baiana. Este foi um grupo que protagonizou ações reivindicatórias e que esteve no âmago dos embates que envolveram grupos políticos principalmente por meio dos jornais no período de domínio seabrista na política baiana.

A educação pública teve relevância na organização do novo sistema político no estado. A Constituição da Bahia de 1891 tratou da organização e divisão de responsabilidades referente a oferta da instrução pública no estado cabendo aos municípios à responsabilidade de ofertar e administrar o ensino primário público. Ao tratar da relevância que a educação tinha no projeto republicano Luz (2008, p.234) afirma que a escola tornou-se o principal instrumento da utopia de civilização para o progresso, normatização, disciplina, moralização, a formação do cidadão cômico do seu dever. Difundia-se a ideia de que cabia ao professor a missão de preparar o cidadão republicano do futuro. Para Ernesto Carneiro Ribeiro “a escola é a forja em que se forma o caráter nacional e os mestres, os seus destros, os infatigáveis obreiros dessa forja”¹.

A municipalização do ensino primário fez com que a intendência municipal (nome dado a prefeitura no período) arcasse com um serviço oneroso que exigia organização burocrática, física, material e grande número de funcionários. Segundo Santos (2001:34) a repartição do ensino primário representava, aproximadamente, metade dos funcionários municipais. Além das atribuições com a instrução primária o município também teve que arcar com as despesas referentes à manutenção da cidade e atenção aos seus moradores². Todos esses serviços aliados a más administrações municipais e a baixa arrecadação

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

¹ Discurso realizado pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro durante Conferência realizada em 21 de abril de 1915 no auditório do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia perante “mais de 300 pessoas da fina flor da sociedade bahiana”. Verificar em RIBEIRO, Ernesto Carneiro. A educação e suas relações com a moral. Bahia.1915 p,11.

² A Constituição do Estado da Bahia de 1891 determinava no artigo o artigo 109, inciso VI a responsabilidade dos municípios pelo ensino primário. O inciso VII do mesmo artigo determinava as responsabilidades para manutenção da cidade. Verificar em BAHIA. Constituição do Estado da Bahia de 2 de julho de 1891. Bahia: Litho-Typographia Tourinho, 1891.

debilitaram suas finanças, gerando dívidas e atrasos nos pagamentos dos funcionários municipais.

Visto que a intendência expandia o número de escolas primárias nos distritos do município também demonstrava a precariedade dessa oferta. Muitas vezes as escolas eram instaladas em casas e antigos prédios que eram adaptados para servirem como escolas sem a devida atenção para as condições físicas e higiênicas. A falta de mobiliário ou o uso de objetos como latas de querosene, caixotes eram relatados nos jornais pelos professores que também reclamavam dos baixos salários. Em novembro de 1912 o jornal *Gazeta de Notícias* publicou uma carta na qual o autor se identifica pelas iniciais C.F, possivelmente um professor, que fez observações sobre a situação da instrução pública. Assim escreveu o autor:

“A instrução pública, na Bahia, é o tipo completo de uma grande mendiga, toda coberta de andrajos e faminta [...] Sem abrigo, sem forças e sem pão, abandonada e triste, Ella vae atravessando uma existência inglória, pedindo aos ceos, por misericórdia lenitivos para sua enorme desdita e para infelicidade dos seus pobres filhos, os professores primários, que, destituídos de garantias e pagos miseravelmente, vivem esquecidos, como se fossem os últimos dos cidadãos, quando, entretanto, a elle e que se acha confiada a gigantesca e sagrada missão de preparar o futuro da Pátria” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 de novembro de 1912:3)

Em outro trecho o autor da carta descreve as condições físicas das escolas, a precariedade do mobiliário, cobra das autoridades melhores condições de trabalho e demonstra a sua insatisfação.

*“Pois bem, meus senhores, já que se pretende agora fazer alguma coisa para felicidade desse Estado, tenhamos todos compaixão desta inditosa mulher, melhorando-lhe os dias com um modesto vestidinho novo, um pouco de leite e um pedaço de lar ao menos **regularmente higiênico**.*

*Levemos ao professorado o conforto, a regalia e a formosa consideração a que tem incontestável direito, para que possa desempenhar os seus deveres com toda calma e serenidade, ao mesmo tempo que devemos tocar fogo nestes mobiliários escolares feitos de **caixa de kerosene**, que andam por ahi afora nos envergonhando, miseravelmente.*

Abaixo, pois, a miséria em que se acha a Instrução Pública!” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 de novembro de 1912:3, grifos meus).

Em outros momentos as críticas sobre a situação do ensino primário e do professorado municipal eram ditas diretamente as autoridades públicas como relatado pelo jornal *A Tarde* de dezembro de 1912 em reportagem que tratava da Exposição de Trabalhos Escolares em Salvador. Nesse evento estavam presentes professores, alunos, o governador J.J Seabra, o Intendente Júlio Viveiros Brandão, autoridades municipais e a imprensa. No dia da abertura da exposição o professor Vicente Ferreira Café fez um discurso para os presentes em que tratou sobre as dificuldades do exercício da profissão docente tida por ele como “nobre” pelos seus objetivos, reconhecida publicamente e depositária da confiança dada pela lei e pela família. Diante dos pares, autoridades, jornalista e ouvintes o professor colocou o magistério como elemento de relevante importância.

Em seu discurso o Professor Vicente Ferreira Café se mostrava ciente do papel importante da instrução para aquele momento político ao lembrar que durante longo tempo a educação vinha palmeando “o caminho da civilização e do progresso” e que “um povo sem instrução não é povo; é um acervo de seres sem classificação moral, vivendo vida de protozoários, limite entre o ser homem e o ser fera.” Criticando aqueles que conduziam a República, alertava que ao não privilegiar a educação “os tentáculos da ignorância *aphixiando* o povo, [assim] *aphixiados* seriam todos, os seus direitos e liberdades públicas, nesta República em que ainda predomina a prepotência do grande sobre o pequeno, sem ar, sem luz, sem pão!”. A causa para essa situação, ainda segundo Vicente Café, seria a má vontade, a inércia e a falta de interesse das autoridades públicas. Como exemplo o professor citou as condições das escolas com carência de mobiliários, móveis quebrados, toscos e, em muitos casos, emprestados para que possam ocorrer as aulas, além disso, reclamou do “minguado vencimento” que a muito custo atende as primeiras necessidades de vida³.

A instrução primária, pela condição de dificuldade e precariedade que se encontrava na cidade, era um assunto recorrente nos jornais principalmente a partir de 1912 com a eleição J.J Seabra como governador da Bahia. Os jornais de maior circulação e melhor estrutura estavam ligados a correntes partidárias, alguns eram declaradamente apoiadores do governo

³ A Tarde de 16 de dezembro de 1912. Discurso Vicente Café, p. 4.

de Seabra como o *Gazeta do Povo* e o *Democrata*. Outros, como o *Diário da Bahia* que era propriedade do ex-governador Severino Vieira e o jornal *A Tarde* de propriedade de Ernesto Simões Filho se colocavam contrários ao governo, por isso, não poupavam críticas às suas ações e serviam de espaço para denúncias e manifestações contrárias às ações governamentais (RUBIM,1979:41-42; SARMENTO,2001:21).

O domínio político de Seabra se estendeu até 1924 correspondendo a fase política mais turbulenta que a política baiana conviveu durante a Primeira República (SAMPAIO, 1998:77). Em Salvador o domínio político de Seabra se fez presente pelas escolhas de intendentes municipais ligados aos seabristas fazendo com que as crises vivenciadas pelo município se tornasse elemento para crítica ao governo estadual. A partir de 1912 com as reformas urbanas na capital baiana, a sucessão de más gestões na intendência municipal a cidade de Salvador vivenciou uma crise financeira que atingiu o tesouro municipal.

A situação de endividamento do município era crítica. O relatório da Intendência de 1916 apresentado ao Conselho Municipal informava que entre os anos de 1912 a 1915 (até outubro) as receitas do município totalizaram 11.791:526\$079 contra despesas, no mesmo período, no total de 31.935:351\$341, ou seja, o município tinha um déficit financeiro de mais de vinte mil contos de réis. Entre os fatores que podem ser apontados como causadores do desequilíbrio financeiro das contas municipais estão os recursos destinados para as obras de modernização da cidade, os pagamentos de juros da dívida municipal, o pagamento de parcelas de empréstimos adquiridos em governos anteriores e o desvio de recursos financeiros (BAHIA, 1916:1-9).

A dificuldade financeira do município se refletiu na instrução primária através da irregularidade no pagamento de salários e da ajuda de custo para o pagamento dos alugueis dos imóveis em que estavam instaladas a maioria das escolas. Os professores queixavam-se através de cartas ao Diretor de Ensino solicitando providências urgentes a intendência municipal. Foi assim que a professora Marianna Olympia dos Santos Silva solicitou providências da Intendência Municipal contra uma ação de despejo e penhora devido a dívida com aluguel no valor 240\$000 informando que essa situação era por causa de dois meses sem receber os seus vencimentos. Queixa semelhante dirigiu também o professor Isauro Coelho que atuava no distrito suburbano do Passé. Relatou o professor que mesmo pagando 30\$000

no aluguel do prédio escolar, quantia inferior a ajuda de custo ofertada pelo município, 50\$000 , já acumulava onze meses de atraso⁴.

A professora Emilia Lobo Vianna, em 1915, enviou carta ao Intendente Municipal pedindo providências quanto ao pagamento do aluguel do prédio onde sua escola estava instalada e informava que já tinham sido movidas quatro ações de despejo. Solicitava ainda a aquisição de um prédio novo que pudesse abrigar as suas trezentas alunas não sendo possível continuar numa casa “escura, anti-higiênica e sem as necessárias acomodações”. Informava que o proprietário do imóvel solicitava por via judiciais a majoração do valor do aluguel de 94\$000 mensais para 300\$000 e que só não tinha conseguido impedir a majoração devido à ação do advogado procurador do município⁵.

A professora Emilia Lobo Viana já havia manifestado insatisfação anos antes durante entrevista realizada ao jornal *Moderno*. Naquela entrevista ao ser questionada sobre a remuneração do professorado a digna professora respondeu que era um “simples ganha-pão” e que quem se dedica ao magistério “exerce um sacerdócio e deve ter mais em vista a instrução dos pequenos patrícios do que seu bem estar particular”. Novamente temos mais um exemplo do professor que identifica a sua atividade como uma missão, um sacerdócio, porém, não deixava de apresentar suas queixas pelo não reconhecimento desse esforço. Fez ainda queixas sobre a ajuda de custo para o pagamento do aluguel tido como insuficiente. Ao tratar desse assunto a professora não se deteve ao seu caso específico e citava que essa era uma situação vivida por outros professores. Citou ainda que havia professores que ensinavam e residiam no mesmo imóvel enquanto outros pagavam dois alugueis, o da escola e do local onde moravam sendo a quantia de 50\$000 insuficiente⁶.

Ao relatar a situação de outros professores, a professora oferece uma pista que havia uma circulação de informação entre o professorado sobre as dificuldades enfrentadas pelos outros docentes. O burburinho da insatisfação ganhava intensidade em momentos que os

⁴ Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Fundo Intendência. Diretoria de Ensino Municipal. Caixa 07. Cartas enviadas à diretoria de ensino.

⁵ Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Fundo Intendência. Diretoria de Ensino Municipal. Caixa 07. Cartas enviadas à diretoria de ensino.

⁶ *Moderno*, 9 de setembro de 1913, p.1

professores se encontravam para discutir a sua realidade e trocar experiências como no caso das Conferências Pedagógicas ocorridas na cidade em 1913, 1914 e 1915⁷. Essa insatisfação foi se ampliando e teve como consequência a greve do professorado municipal em 1918.

Em 30 de janeiro de 1918 o jornal *A Tarde* destacava em primeira página a seguinte notícia: “ A Greve da Fome. O professorado da capital não abrirá os cursos este anno. Preteriu esse alvitre a suicidar-se de cansaço e penúria.”⁸. Em letras grandes e com destaque em negrito o periódico chamava à atenção do leitor para uma notícia até então inédita, a decisão do professorado da capital baiana em não reabrir as escolas para o início do ano letivo declarando-se em greve a partir daquela data e divulgando um manifesto com explicando as motivações da paralisação das atividades.

O ineditismo da notícia não estava na ocorrência da greve em si porque movimentos grevistas já eram corriqueiros na cidade. Desde o ano de 1912 já tinham ocorrido dezessete greves na cidade de Salvador⁹ envolvendo categorias como a dos padeiros, os empregados do Gasômetro, serviço de bondes, águas, matadouro municipal e saúde pública. O que tornava a notícia inédita era que pela primeira vez os professores do ensino primário do município tomavam a decisão de não reabrir as escolas.

Segundo Santos (2001:114) essa greve ocorria num momento de déficit orçamentário da Intendência provocando corte de despesas e atrasos nos pagamentos dos funcionários. A questão salarial esteve presente nas greves computadas¹⁰ entre 1912 a 1918 e em todas apresentadas pelo autor havia a reivindicação referente a pagamento de salários atrasados. Ainda segundo o autor a greve seria uma reação espontânea contra as condições de vida e trabalho e visava um objetivo imediato, o pagamento dos salários, que uma vez satisfeito desmobilizava os trabalhadores, no entanto o autor não descartava a influência dos

⁷ Sobre as Conferências Pedagógicas ocorridas na cidade de Salvador nos anos de 1913,1914 e 1915 verificar em BRANDÃO, Verônica de Jesus. Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915). Salvador: UNEB, 2012.

⁸ *A Tarde*, 30 de janeiro de 1918, p.1.

⁹ Mario Augusto da Silva dos Santos apresenta uma tabela quantificando as greves por ano a partir de 1890 até 1930. O autor utiliza como fonte diversos jornais do período. Verificar em SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão - Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

¹⁰ Santos (op.cit) apresenta um quadro com objetivos das greves ocorridas em Salvador (1890-1930), p.110.

movimentos grevistas entre si provocando a agitação dos trabalhadores num período de crise econômica e instabilidade política e social.

Voltando a notícia da greve do professorado informava o periódico que uma comissão de professores do ensino primário da capital esteve na sede do jornal e lhe entregara um manifesto em que explicavam os motivos de não abrirem a escolas a partir daquela data, o início do ano letivo. O fato da comissão de professores escolherem o jornal *A Tarde* para publicarem o seu manifesto tinha relação com a situação política do momento uma vez que o jornal mantinha uma posição anti-seabrista. Segundo Cunha (2013, p.152) o jornal *A Tarde* era uma das principais vozes de oposição ao seabrismo desde que seu fundador, Ernesto Simões Filho, romperia politicamente com J.J. Seabra em 1913 passando a exercer um papel de fiscalização das atitudes do governo e abrindo espaços para assuntos que pudessem servir de crítica aos aliados de Seabra como o governador Antonio Muniz que assumiu em 1916 no lugar de Seabra e o Intendente João Propício Carneiro da Fontoura.

A greve seria uma forma de pressionar o governo para a resolução da situação daí o apoio do periódico que publicou na íntegra o Manifesto do Professorado Público Municipal da Capital do Estado da Bahia ao Povo Brasileiro.

Não há mais quem ignore parece, a deprimente e embaraçosa situação do professorado publico primario do municipio da capital deste Estado. Sem lar, sem credito, faminto, nu, aviltado de há muito, entretanto se tem mantido com sacrificios inconcebíveis, embora, porem calado no desempenho das funções que lhes são ditadas pelo dever, com os olhos fitos na imagem sagrada da Pátria, a consciencia tranquilla pela posição assumida diante dos descabros sociaes, a alma em preces, confiada sempre na infinita misericórdia de Deus que não abandonaria jamais a Terra da Santa Cruz. Despreocupados do bem viver que só o mercantilismo justifica; encarando a sua função na sociedade como um verdadeiro sacerdocio a cuja sombras somente, vão buscar abrigo os que sonham com a humildade que, felizmente conforta e retempera sem a remuneração que ao menos, por hypothese compense o esforço empregado, vive trabalha e aguarda a nova lida, na convicção de que jamais cerrou ouvidos aos gritos dos sedentos da instrucção! (A TARDE, 30 de janeiro de 1918:1)

O manifesto do professorado municipal foi publicado para denunciar atrasos de pagamentos que já chegavam a mais de dois anos levando os docentes a informar a sua

situação de vida precária marcada pela fome, as dívidas, a falta de crédito e moradia. Ao informarem à população e as autoridades o motivo da paralisação das atividades os professores possuem duas preocupações: a primeira, era pontuar que a situação do professorado municipal era de conhecimento de todos justificando assim a atitude do grupo. A segunda, indicava uma preocupação dos professores para a valorização de sua profissão e a demonstração à sociedade do seu comprometimento mesmo com as dificuldades financeiras. Seguia o manifesto

Sempre emmudecido e [ilegível], paciente e resignado, na expectativa (sic) de melhores dias. Não lhe doía, dor voluntária, essa posição humilde, mas respeitável que, aos olhos da ignorância proterva e de pedantismo néscio, parece detestável; ao passo que o desanima hoje quando se sente oprimido pelo despotismo que tudo avassalla, pela tyrannia que a tudo destroe.

Depois há um limite máximo para tudo quanto gira em torno do poder humano.

Desgraçadamente chegamos a esta phase em que o professorado público primário da capital da Bahia, se vê na deplorável contingencia de, calcando embora os sentimentos que o definem, levar ao conhecimento do País inteiro, do Universo mesmo, o estado de penúria que o abate dia a dia e também justificar a attitude que há assumir, forçado pelo “imperio das circunstâncias”, em que face da difícil e irremediada situação em que o colocou o próprio poder público. (A TARDE, 30 de janeiro de 1918:1)

Os professores se descrevem como pacientes, resignados, emudecidos e que de forma humilde esperaram pela resolução da situação. O professorado era tido como conformado com a sua situação, como um grupo que não reagia diante uma situação tão difícil. Ao reagirem contra a situação que viviam, pois segundo os professores “há um limite para tudo”, inclusive para atrasos salariais de quase dois anos a ação do governo acusou a oposição de se aproveitar da situação de dificuldade financeira do município para explorar politicamente do assunto. Mesmo assumindo que estava em débito com o professorado e sem apresentar uma solução o governo se mostrava contrariado com os aqueles que

procuram aproveitar de tudo, especulam com o direito alheio, como se fosse com o próprio desbrijo, insuflam e estimulam a grita para o desrespeito, a desordem e a

anarchia, a pretenderem a implantação da bachanal dos ódios e das rixas, o enxurrar de villezas e indignidades. (DEMOCRATA, 16 de fevereiro de 1918:1)

Seguia o artigo na tentativa de persuadir os professores a recuarem do movimento primeiramente na tentativa de sensibilizar o grupo naquilo que eles mais se orgulhavam, a responsabilidade, o sentimento de dever e o exemplo para a sociedade, mas não abriram mão de ameaça do uso mandatário da legislação para findar o movimento.

Reagindo a ocorrência da greve foi publicado no periódico governista *Democrata* o teor da mensagem enviada ao Conselho Municipal pelo intendente municipal o Sr. João Propício Carneiro da Fontoura. Nesta mensagem o intendente admitiu “o estado precário das finanças municipais” e informava que isso contribuiu para o “espantoso atraso no pagamento de vencimento do funcionalismo”. Tratando da instrução municipal a autoridade pública também reconhecia a importância instrução primária, porém confirmava que os problemas da educação estavam relacionados a irregularidade nos pagamentos e que havia “professores credores de mais de 2 anos de vencimentos”. Se isso não bastasse o intendente declarou que mesmo a renda que deveria ser utilizada obrigatoriamente a instrução foi destinada para outros fins. Como solução o intendente propunha a tomada de empréstimo para resolver a situação¹¹.

A mensagem do intendente ao Conselho Municipal era a admissão da gravidade da situação e a declaração que a solução não seria breve. Ao lançarem o manifesto no jornal o professorado municipal talvez já estivessem cientes dessa situação e, por isso, na sua declaração de greve foram enfáticos em afirmar que a sua atitude era por uma questão de sobrevivência.

Tendo por alicerce as concepções de E.P. Thompson para compreensão do acontecimento da classe é possível verificar o movimento dos professores de 1918 como fruto da troca de experiências entre os envolvidos na ação grevista ao longo do tempo e em diferentes espaços. Os indícios sugerem que esse movimento foi o resultado das queixas, posicionamentos e debates do professorado municipal ao discutir e refletir sobre o seu ofício, entre si e com as autoridades públicas. O professorado municipal lidava com a precariedade para exercer a profissão e as dificuldades financeiras que dificultava o dia a dia. Essa era uma

¹¹ Democrata, “Mensagem do Dr. Intendente”, 17 de fevereiro de 1918, p.1-2.

situação partilhada entre os docentes e que fortaleceu, em certos momentos, a rede de solidariedade e a adoção de estratégias como forma de exercer pressão junto ao governo na busca de ter as suas exigências atendidas.

Os professores formaram uma comissão de greve adotaram diversas estratégias de pressão para constranger o governo. Na capital baiana a ação se dava por meio da notícia dos desdobramentos da greve nos jornais de oposição ao governo. Na capital federal a notícia da greve do professorado de Salvador também ganhava as páginas dos jornais com duras críticas ao governador Antonio Muniz e a intendência municipal sempre relacionando ao nome de J.J. Seabra.

A situação do professorado municipal atravessava fronteiras e se tornava notícia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Vieram de São Paulo mensagens de apoio ao movimento e iniciativa para arrecadação de fundos como o Comitê Paulista de Socorros ao Professorado Bahiano que arrecadou dinheiro para ajudar os professores em greve¹². Na cidade do Rio de Janeiro o jornal *A Lanterna* abordava a situação financeira do estado da Bahia descrita como falida e as dificuldades da municipalidade em pagar fornecedores e o funcionalismo municipal. Citava ainda o periódico carioca as ações do governo Antonio Muniz que proibia os comícios públicos e as ações contra a imprensa opositora. Esses assuntos eram abordados para tratar da situação do professorado municipal que segundo o periódico já estavam a 30 meses sem receber os seus salários e por isso enviaram um telegrama pedindo que o jornal mobilizasse a comunidade baiana da capital federal para subscrição pública, ou seja, arrecadação de dinheiro em favor do professorado em greve na capital baiana¹³.

Os professores mobilizaram políticos opositores a Seabra como Rui Barbosa e Miguel Calmon. Aos dois políticos foram enviados telegramas deixando-os a par dos acontecimentos e solicitando apoio ao movimento. Para Rui Barbosa o professorado informou sobre os atrasos nos pagamentos de até dois anos fazendo com que os professores lançassem mão à caridade pública e a intenção de formarem um bando precatório ou seja, iriam à rua implorar recursos para a população. Para Miguel Calmon solicitavam auxílio para organizar a subscrição nacional e acesso a imprensa do Rio de Janeiro. Assinaram os telegramas os professores Possidônio Dias Coelho e Cincinato Franca e as professoras Emília Lobo Vianna, Jesuína

¹² O Estado de São Paulo, 21 de julho de 1918

¹³ Lanterna, 8 de junho de 1918. p.1

Beatriz d'oliveira e Jovina Senna Moreira. Outros telegramas também ocorreram como os de agradecimento da professora Ana Moreira Bahiense para Rui Barbosa pela sua atitude de defesa e apoio as reivindicações do professorado municipal¹⁴.

O apelo do professorado atravessa também as barreiras institucionais com o envio de uma carta, com a intermediação de Ernesto Simões Filho, ao presidente Wenceslau Bráz Pereira Gomes onde denunciavam que após a municipalização do ensino primário as leis que garantiam os recursos para o pagamento dos professores não estavam sendo respeitadas e apelavam para ação do presidente por meio da intervenção¹⁵.

Nos limites da capital baiana a situação tornou-se tensa quando o intendente Propício da Fontoura se utilizando da interpretação da lei ¹⁶ suspendeu o professor Isauro Coelho por 15 dias devido a declarações dadas contra o governo na imprensa (LUZ, 2013:77). A punição do colega não foi bem recebida pelo professorado que reagiu publicamente contra a ação da intendência demonstrando um sentimento de solidariedade na classe.

Entre os professores que se manifestaram estava o professor Vicente Ferreira Café que teve uma carta publicada no jornal Diário da Bahia¹⁷ demonstrando a sua solidariedade ao colega tratando-o de “co-irmão pela sorte” e reafirmando as denúncias proferidas pelo professor Aluisio Coelho referente ao uso, para outros fins, da sexta parte da renda que deveria ser destinada a instrução municipal e criticando os administradores do município por não cumprirem com o seu dever. O referido professor ainda culpava a intendência pela situação do professorado que, devido à falta de pagamento dos salários, fazia com que os professores tivessem que recorrer a agiotas, faltasse com seus compromissos financeiros e vivessem ameaçados de despejo em suas casas e escolas. Apesar do tom forte das críticas, o professor Vicente Café não recebeu nenhuma punição. Outras vozes de professores se levantariam contra a punição do colega como o professor Possidônio Dias Coelho, Hugo

¹⁴ Diário da Bahia, 09 de março de 1918, p.1

¹⁵ A Tarde, 22 de junho de 1918, p.1

¹⁶ Pelo Decreto nº 1354 de janeiro de 2014, art. 82, o professor era proibido de dirigir-se diretamente às autoridades superiores de ensino devendo servir-se sempre do intermédio dos delegados itinerantes. Já o artigo 168 permitia que o intendente aplicasse punição de até 30 dias como pena disciplinar.

¹⁷ Diário da Bahia, 12 de fevereiro de 1918. “O professorado e a fome”, p.1

Bathazar da Silveira e, também, professoras como Emilia Lobo Viana e Jovina de Sena Moreira¹⁸.

Em 30 de março de 1918 o professorado municipal reunido no Salão Nobre do Grêmio Literário discutiram a situação e o rumo da greve. A reunião foi presidida pelo professor Possidônio Dias Coelho e secretariada pelos professores Cincinato Franca e Jacintho Caraúna. Os professores se revezaram em discursos na tribuna favoráveis à continuidade do movimento. Nessa reunião colocaram em votação e aprovaram a formação de uma comissão que iria ao encontro do governador Antonio Muniz.

Em determinado momento foi lida uma carta da professora Ana Moreira Bahiense que por motivos superiores não estava presente, porém enviou uma mensagem de solidariedade ao movimento “disposta a arcar com todas as consequências que possam advir da não abertura das escolas”. Em outro trecho a professora afirma que aguardaria “qualquer castigo que me possam infligir [...] e sentir me ei feliz se for sacrificada por amor a classe que orgulhosa pertença”.

Após a leitura da carta da professora Bahiense, outra professora, Emília Lobo Vianna fez a leitura da proposta do professorado municipal direcionada a intendência como condição para finalizar o movimento. Antes de apresentar a proposta discorreu a professora sobre a situação financeira e política do estado. Citou também as condições de alguns professores que sem seus salários e com dificuldade de sustento alguns foram internados no hospício de alienados sem o “uso da razão”. Fez também a professora referências sobre as relações estabelecidas com professores paulistas e com a comunidade baiana no Rio de Janeiro. Criticou os periódicos de imprensa governista que não publicavam as reivindicações dos professores e se limitavam a declarar que a classe estava sendo vítima das explorações da imprensa de oposição, para a professora os periódicos oposicionistas se portavam como “amigos” da classe. Os professores demonstravam que estavam atentos ao desdobramento do movimento sugerindo que estavam articulados. A professora Emilia Lobo Vianna findou a leitura propondo as condições para findar o movimento. A primeira era a cessação da suspensão do professor Isauro Coelho, a segunda era o pagamento dos salários atrasados e continuação dos pagamentos mensais e terceira era o respeito ao professorado¹⁹.

¹⁸ A Tarde, 13 de fevereiro de 1918.

¹⁹ Diário da Bahia , 30 de março de 1918, p.1

A solidariedade demonstrada por aqueles homens e mulheres em relação ao colega punido pelo governante baiano não se restringia as questões reivindicatórias da greve. O professor Alberto de Assis em texto publicado na edição comemorativa do Diário Oficial da Bahia no ano de 1923 referente ao centenário da Independência da Bahia em que tratou do histórico da educação primária da Bahia tratou sobre as relações entre alguns dos professores que fizeram parte do movimento grevista de 1918. Lembrava o professor Assis que eles eram formados Escola Normal, o professor Alberto de Assis e que alguns deles foram da mesma turma como a de 1898 que teve Roberto Correa e Vicente Ferreira Café e da turma de 1908 o professor lembrou-se de Hugo Balthazar da Silveira, Severiano Salles e, sem especificar data, citou os nomes de Artur de Salles, Isauro Coelho (o professor punido) e Emilia Lobo Vianna, de Jacyntho Caraúna ao qual chamaria de o “luminar”.

De acordo com o escrito do professor Alberto de Assis, quando a greve ocorreu, os professores que saíram em defesa do colega punido já possuíam entre dez a vinte anos de atividade docente e já mantinham proximidades ao longo desse tempo. Na dissertação sobre as teses pedagógicas apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915) Brandão (2012) informa que o professor Isauro Coelho estava entre os professores que apresentaram teses no ano de 1913 diante da comissão formada pelos professores Cincinato Ricardo Pereira da Franca João Gonçalves Pereira e Severo Américo Pessoa da Silva, Possidônio Dias Coelho, Gonçalo Álvaro de Oliveira, Francellino Pereira de Andrade, Jacintho Tolentino Caraúna, Emygdio Joaquim Gomes, Maria Olympia da Silva Rebello, Sindonia de Oliveira Alcântara, Maria Gertrudes de Souza e Aureliana Paula da Cunha, todos participantes da greve de 1918. Em 1918 os nomes citados integraram a comissão que convocou uma reunião “para tratar de assumptos que se prendem a interesses palpitantes da classe”²⁰.

A greve do professorado municipal durou até mês de setembro de 1918 e teve como resultado a decisão da intendência em realizar o pagamento escalonado dos salários atrasados dos professores além da suspensão da punição ao professor Isauro Coelho.

É necessário reinterar que o movimento do professorado municipal em 1918 não foi uma ação espontânea motivada por uma questão imediata, porém importante, que foi os atrasos dos vencimentos. As queixas do professorado já ocorriam antes e o grupo que esteve à

²⁰ Diário da Bahia, 15 de fevereiro de 1918, p 1.

frente do movimento estava entre os que manifestavam descontentamento. Esses professores já se conheciam anteriormente, trocavam informações e experiências em espaços diversos.

O professorado para dar visibilidades para suas solicitações e pressionar o governo aproveitaram-se da situação de instabilidade política aproximando-se dos opositores de Seabra e utilizaram-se dos espaços oferecidos pelos jornais de oposição para publicar manifestos e informativos sobre a greve inclusive fora do estado da Bahia.

FONTES

Constituição / Diário

Constituição do Estado da Bahia de 2 de julho de 1891. Bahia: Litho-Typographia Tourinho, 1891

Diário Oficial do Estado da Bahia: Edição comemorativa ao centenário da independência da Bahia 1923

Relatório da Intendência

MENDES, Antonio Pacheco. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia**. Seção de obras do “O Democrata”.Bahia. 1916.

Jornais

A Tarde (1912, 1918)

Democrata (1918)

Diário da Bahia (1912,1918)

Diário de Notícias (1913, 1916, 1918)

Estado de São Paulo (1918)

Gazeta do Povo (1912)

Gazeta de Notícias (1912)

Lanterna (1918)

REFERÊNCIAS

ASSIS, Alberto de. Instrução Primária na Bahia. In. Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia: Edição comemorativa ao centenário da independência da Bahia 1923. Versão digitalizada*. EGBA. 2007, p. 301-315

BRANDÃO, Verônica de Jesus. *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)*. Salvador: UNEB, 2012. (Dissertação de Mestrado)

CUNHA, Joaci de S. O roseiral e os espinhos: J.J. Seabra e a crise de sua supremacia política na Bahia. In. BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Claudio (Org.) *Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013. p.145-177.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Salvador: UFBA, 2009. (Tese de Doutorado).

_____ Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos de A. (orgs.). *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008, p.233-266.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *A educação e suas relações com a moral*. Bahia. 1915

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Movimentos sociais e meios de comunicação na Bahia (1917-1921)*. Cadernos do CEAS. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1979, p. 30-43.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador: Edufba, 1998.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão –Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa 1: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

